

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO n° , de de maio de 2012

(Do Sr. Dr. ALUIZIO)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o TRAUMA na sociedade brasileira bem como a legislação e as políticas públicas adotadas sobre o tema

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Ex.^a., ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Audiência Pública, para discutir trauma na sociedade brasileira.

Sabemos todos, não é de hoje, que o trauma vem se tornando um dos maiores problemas em saúde pública no Brasil. É uma epidemia que ceifa anualmente cerca de 140 mil vidas, sobretudo os jovens. São mortes previníveis, ou lesões graves que dispensam um esforço enorme do estado na atenção a estes pacientes, são leitos de UTI, cirurgias de alta complexidade, longas jornadas de fisioterapia, enfim toda uma sorte de eventos que representam um custo altíssimo para o estado. A despeito deste conhecimento acerca desta epidemia, grandes são as queixas dos municípios brasileiros por conta da pouca capilaridade de políticas públicas em saúde e educação que visem melhorar esta realidade.

É público o grande déficit, por exemplo, de leitos hospitalares para atender a esta demanda, sejam leitos de UTI, sejam leitos de neurocirurgia, de ortopedia, de cirurgia torácica, ou de qualquer outra especialidade onde o trauma seja uma realidade. A situação das cidades agrava-se com a pouca eficiência, ou mesmo a ausência, de uma política de referência e contra referência.

Somente em acidentes de trânsito temos cerca de 40 mil mortes por ano, são aproximadamente 110 mortes por dia. Mas o trauma não é só isso, por homicídio temos quase 50 mil mortes ano, e por aí vamos, numa espiral que nos faz ter aproximadamente 260 mortes por dia em função de causas violentas. E em causas violentas sempre temos o evento do trauma.

Este evento, entretanto, não é só um problema de ordem médica, ele é um problema de educação. Sabe-se hoje que o trauma necessita de programas de educação continuada, seja em escolas, seja em ambientes de trabalho, ou mesmo na qualificação dos profissionais da saúde, uma vez que o trauma exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de

saúde por nos colocar sempre diante de novos problemas para o atendimento de urgência, e também para as ações preventivas

As recentes mudanças na legislação sobre uso de substâncias alcoólicas, bem como a legislação que ancora ações como a da Lei Seca, são oportunas e merecem serem atualizadas em função da grande dinâmica que o trauma apresenta.

Percebemos a grande ansiedade e a grande dúvida que a população nutre com relação as políticas implementadas nesta questão. Precisamos conhecer este problema por dentro, precisamos tranquilizar a sociedade, precisamos, fundamentalmente, do seu apoio no combate a esta epidemia. Mas para isso urge que tenhamos um debate profundo nesta casa, visando não necessariamente apontar os problemas, mas sim buscar as soluções.

É neste sentido que pugnamos por esta audiência pública, e como forma de enriquecer esse debate sugerimos que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Presidente da SBAiT (Sociedade Brasileira de Atendimento Integrado ao Trauma);
 - Presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgiões;
 - Presidente da SBOT (Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia);
 - Presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia;
 - Representante do Ministério da saúde;

Sala das Sessões, em de 2011.

Deputado DR. ALUIZIO

PV/RJ